



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

Ata da 6ª reunião do Comitê Estratégico de Análise e Desempenho do PEI 2021-2026

1. Identificação do evento

Data: 01/09/2023

Horário: 08h - 9h30

Local: Laboratório de Inovação

2. Objetivos

- **Situação do PEI referente ao mês de julho/2023;**

- **Discutir sobre alteração das metas relacionadas aos seguintes indicadores: TMDP1, TMDP2, índice de Conciliação no 2º Grau, Quantidade de ações de promoção, prevenção e vigilância em saúde de servidores e magistrados, e IgovTIC-JUD.**

3. Participantes

Nome	Lotação	Cargo
Hyderlandson Coelho da Costa	SGP	Secretário-Geral da Presidência
Lindinaldo Silva Marinho	JAP	Juiz Auxiliar da Presidência
Luiza Lúcia de Farias Aires Leal	SEGGEST	Chefe da Seção de Gestão de Processos
Renan Cartaxo Marques Duarte	SEGEJUD	Secretário-Geral Judiciário
Max Frederico Feitosa Guedes Pereira	SEGGEST	Secretário de Governança e Gestão Estratégica
Rodolpho de Almeida Eloy	SEGGEST	Chefe da Seção de Gestão de Riscos

Rodrigo Cavalcante Barreto	SCR	Secretário da Corregedoria Regional
Simone Farias Perrusi	DG	Diretora-Geral da Secretaria
Luis Fabiano Saldanha Bandeira	SEGGEST	Assessor de Governança de TIC
Otaviano José do Nascimento Alcântara	SEGEJUD	Chefe da Divisão de Estatística

4. Discussão e deliberações

- Dr. Lindinaldo Marinho, Juiz Auxiliar da Presidência, abriu a reunião reiterando as proposições iniciadas desde a 1ª reunião do comitê estratégico no sentido de que as metas e indicadores que compõem o plano estratégico devem ser constantemente reavaliados com a finalidade de aferir sua real utilidade para a instituição, as metas e indicadores não podem ser um fim em si mesmo mas devem sempre auxiliar o Tribunal na busca do aperfeiçoamento, esta motivação norteará permanentemente as atividades do comitê na identificação de possibilidades de alteração. Em seguida passou a palavra ao Secretário de Governança e Gestão Estratégica, Max Frederico Feitosa Guedes Pereira que iniciou falando sobre as deliberações que foram tomadas na última reunião e que já foram efetivadas, quais sejam: os links incluídos no BI do PEI 2021/2026 que direcionem o indicador para sua respectiva fonte de dados, bem como a colocação de um sinal/caractere diferenciador nos objetivos chamados obrigatórios (Metas do CNJ), aduzindo ainda que a planilha para alimentação automática dos dados pelos respectivos responsáveis já foi devidamente compartilhada na plataforma Google Suite;

- Em seguida Max Feitosa apresentou as demais deliberações da última reunião, que foram objeto de estudo de cenários e parâmetros correlatos com vistas a subsidiar a presente discussão a respeito dos indicadores TMDP1º, TMDP2º, Índice de Conciliação no 2º Grau, Quantidade de ações de promoção, prevenção e vigilância em saúde de servidores e magistrados, e IgovTIC-JUD;

- Na sequência, Max apresentou, ainda, no BI do PEI 2021/2026, a posição dos indicadores de todos os objetivos;

- Após as discussões e considerações trazidas a lume, o comitê tomou as seguintes deliberações:

- Alterar a meta do indicador IGOVTIC-JUD do status de “Aprimorada” para “Excelência”, até dezembro de 2023. Dr. Lindinaldo Marinho indicou ainda a sugestão de discutir sobre o IGOVTIC-JUD na próxima reunião;

- Alterar a meta do indicador “Quantidade de ações de promoção, prevenção e vigilância em saúde de servidores e magistrados”, de 3 para 20 ações até dezembro de 2023, bem como pesquisar, do ponto de vista normativo, que medidas se pode tomar caso o servidor

se recuse a fazer o exame periódico; solicitar, ainda, à CSaúde, um plano de ação para as ações a serem efetivadas ainda em 2023;

- Alterar a meta do indicador TMDP1C (Tempo Médio de Duração dos Processos na fase de Conhecimento de 126 para 90 dias, até dezembro de 2026;

- Alterar a meta do indicador TMDP2 (Tempo Médio de Duração dos Processos no 2º Grau) de 80 para 50 dias, até dezembro de 2023;

- Alterar a meta do indicador Índice de Conciliação no 2º Grau de 2,3% para 8%, até dezembro de 2023.

- Seggest deverá diligenciar para que a apuração da pesquisa de satisfação dos usuários internos e externos seja concluída até o dia 10/09, e comunicar a este comitê;

- Seggest deverá tomar providências para que a planilha do Índice de Participação de Mulheres nos Comitês e Comissões mostre o percentual por comitê/comissão;

- Seggest deverá fazer um levantamento dos processos de trabalho críticos para instruir futura convocação do Comitê de Governança Institucional onde o tema será pautado para deliberação;

- Deliberar sobre o Tempo Médio de Duração das Licitações Concluídas (TDLC) na próxima reunião deste comitê;

- Deliberar sobre o Índice de Atendimento às deliberações e às recomendações decorrentes de Auditoria (IADRDA) na próxima reunião deste comitê;

Deliberar sobre o Índice Mínimo de Capacitação dos Servidores em Competências (IMCSC) na próxima reunião deste comitê;

- Seggest deverá pautar discussão sobre o Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias (IEDD) para as próximas reuniões deste comitê;

- Seggest deverá providenciar a instalação de *link* dentro do BI do PEI 2021/2026 para a planilha dos indicadores;

- Seggest deverá notificar à SOF para anexar na planilha de indicadores as evidências necessárias para a comprovação do percentual consignado para o IEDD.

-Encerradas as discussões e deliberações, Max Frederico Feitosa ainda apresentou uma primeira visualização do “medidômetro” dos exames periódicos, que está em construção e deverá entrar em produção até o dia 15/09, e que servirá para notificar os gestores da situação de sua unidade;

- Finalizando sua intervenção, Max Feitosa sugeriu ao comitê que sejam realizadas duas reuniões extraordinárias para discussão do TDLC e IADRDA, sugestão esta que foi acolhida.

Considerações finais:

O Juiz Auxiliar da Presidência, Lindinaldo Silva Marinho, não havendo mais nada a tratar na oportunidade, deu por encerrada a reunião.

João Pessoa, 01 de setembro de 2023.

LINDINALDO SILVA MARINHO
Juiz Auxiliar da Presidência
(Coordenador)